

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2018 A ABRIL DE 2019

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alinea "a")

	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 mesees)													
	LIQUIDADAS													
DESPESA COM PESSOAL		jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18	jan/19	fev/19	mar/19	abr/19	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	22.256.651,44	22.002.764,00	22.229.210,15	21.749.898,68	23.797.678,02	25.972.895,31	41.825.954,54	39.187.975,89	32.124.361,30	24.452.265,40	24.198.435,47	24.122.556,36	323.920.646,56	282.299,48
Pessoal Ativo	18.309.568,11	18.029.664,50	18.214.798,14	17.775.197,84	19.662.016,41	21.900.239,43	35.669.274,86	35.133.233,38	25.775.377,87	20.133.877,43	19.938.028,28	19.900.048,86	270.441.325,11	30.000,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	15.760.133,82	15.433.898,46	15.619.971,25	15.173.950,96	17.027.748,13	19.220.570,61	30.185.736,39	32.350.016,79	22.936.746,04	17.270.280,20	17.088.700,22	17.074.600,75	235.142.353,62	30.000,00
Obrigações patronais	2.549.425,33	2.595.757,08	2.594.817,93	2.601.237,92	2.634.259,32	2.679.659,86	5.483.529,51	2.783.207,63	2.838.622,87	2.863.588,27	2.849.319,10	2.825.439,31	35.298.864,13	-
Benefícios Previdenciários	8,96	8,96	8,96	8,96	8,96	8,96	8,96	8,96	8,96	8,96	8,96	8,80	107,36	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.947.083,33	3.973.099,50	4.014.412,01	3.974.700,84	4.135.661,61	4.072.655,88	6.156.679,68	4.054.742,51	6.348.983,43	4.318.387,97	4.260.407,19	4.222.507,50	53.479.321,45	252.299,48
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.999.673,90	3.024.032,86	3.077.991,45	3.038.280,28	3.176.591,81	3.129.157,50	4.728.251,60	3.070.611,77	4.910.270,07	3.335.220,47	3.289.222,76	3.263.671,33	41.042.975,80	252.299,48
Pensões	947.405,91	949.063,12	936.417,04	936.417,04	959.066,28	943.494,86	1.428.424,56	984.127,22	1.438.709,84	983.163,98	971.180,91	958.832,65	12.436.303,41	-
Outros Benefícios Previdenciários	3,52	3,52	3,52	3,52	3,52	3,52	3,52	3,52	3,52	3,52	3,52	3,52	42,24	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	i	-	i	-	-	-	-	ı	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	3.947.083,33	3.973.346,57	4.014.412,01	3.974.700,84	4.219.860,83	4.082.343,84	5.451.105,15	6.147.815,65	6.348.983,43	4.318.387,97	4.260.407,19	4.229.884,11	54.968.330,92	95.186,61
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	=	-	=	-	-	-	=	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	247,07	-	-	84.199,22	9.687,96	12.590,84	4.273.009,90	-	-	-	7.376,61	4.387.111,60	-
Inativos e Pensionistas com recursos vinculados	3.947.083,33	3.973.099,50	4.014.412,01	3.974.700,84	4.135.661,61	4.072.655,88	5.438.514,31	1.874.805,75	6.348.983,43	4.318.387,97	4.260.407,19	4.222.507,50	50.581.219,32	95.186,61
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	18.309.568,11	18.029.417,43	18.214.798,14	17.775.197,84	19.577.817,19	21.890.551,47	36.374.849,39	33.040.160,24	25.775.377,87	20.133.877,43	19.938.028,28	19.892.672,25	268.952.315,64	187.112,87
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				VALOR				% SOBRE A RCL						
PECEITA COPPENTE I ÍOHIDA - PCI. (IVA				818 616 620 128 93										

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	818.616.620.128,93	- -
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (Ilia + Ilib)	269.139.428,51	0,032877
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	448.634.652,50	0,054804
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 X VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	426.202.919,87	0,052064
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 X VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	403.771.187,25	0,049324

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TRE-BA. Emitido em 21/mai/2019 às 15h e 00min

'Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestres de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: 1. Limite Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 313, de 16 de maio de 2019.

Virgínia Maria Souza de Carvalho Moura Secretária de Orçamento, Finanças e Contabilidade - Substituta Danielle Débora Cerqueira Oliveira

Coordenadora de Auditoria Interna - Substituta

De acordo.

Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente.

Raimundo de Campos Vieira Diretor-Geral

De acordo.

Nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, publique-se.

> Des. Edmilson Jatahy Fonseca Júnior Presidente

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL EMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9. ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO DE 2018 A ABRIL DE 2019

					R\$ 1,00		
				DESPESAS EXECUTADAS			
DESPESA	A BRUTA COM PESSOAL	324.202.946,04					
DESPESA	AS NÃO COMPUTADAS (55.063.517,53					
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)			269.139.428,51				
		APURAÇÃ	O DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGA	AL			
RECEIT	A CORRENTE LÍQUIDA		818.616.620.128,93				
% da DE	SPESA TOTAL COM PE	0,032877%					
				% DA RCL	VALOR		
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I,	II e III	0,054961%	449.919.880,59			
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005	0,054906%	449.469.641,45		
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	- -				
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,054804%	448.634.652,50		
	Justiça do Trabalho / A	to Conjunto TST.CS	-				

¹ Limite máximo da despesa com pessoal do òrgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, § 1°), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso

² Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça 3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho